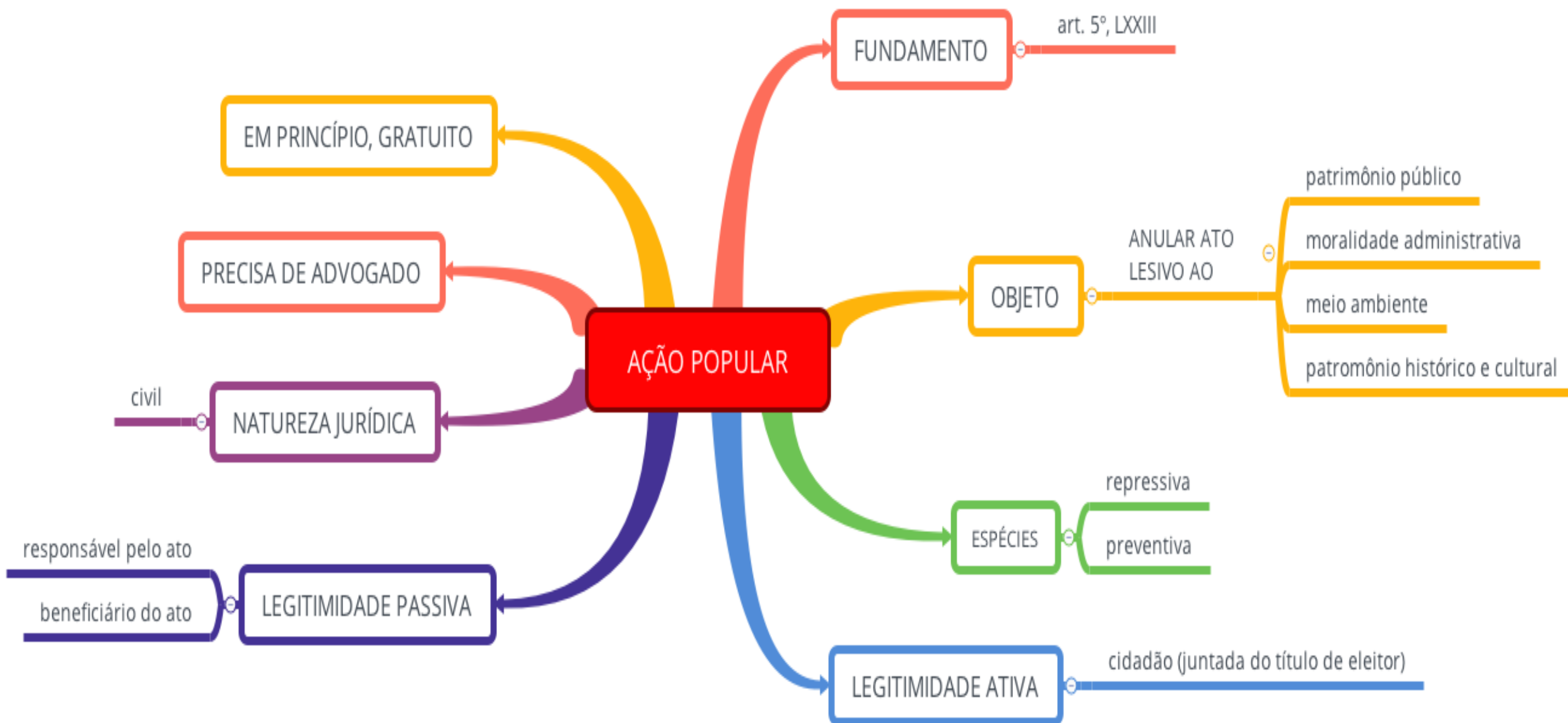


# AÇÃO POPULAR

Art. 5º, LXXIII - qualquer **cidadão** é parte legítima para propor **ação popular** que vise a **anular ato lesivo** ao **patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa**, ao **meio ambiente** e ao **patrimônio histórico e cultural**, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, **isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência**;



# DIREITO DE INFORMAÇÃO

*Art. 5º, XXXIII - **todos** têm direito a receber dos órgãos públicos **informações** de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;***



# DIREITO DE PETIÇÃO

XXXIV - são a **todos** assegurados, **independentemente do pagamento de taxas:**

a) o **direito de petição** aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;



## DIREITO DE CERTIDÃO

XXXIV - são a **todos** assegurados, **independentemente do pagamento de taxas**:

[...]

b) a **obtenção de certidões** em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de **interesse pessoal**;



# QUESTÕES

1) Ano: 2025    Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB  
Órgão: Agência Nacional de Mineração    Cargo: Especialista em Recursos Minerais - Área Direito

Declarada a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena, não mais subsiste ao agente o interesse na impetração de habeas corpus.

2) Ano: 2025 Banca: FUNECE Órgão: Procuradoria Geral do Estado – CE  
Cargo: Técnico de Representação Judicial - Área: TI- Infraestrutura

A Constituição cidadã garante que, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- A . ação civil pública.
- B . liminar em ação popular.
- C . mandado de injunção.
- D . mandado de segurança.
- E . mandado de segurança coletivo.

3) Ano: 2025 Banca: Objetiva Concursos Órgão: Prefeitura de Nonoai – RS  
Cargo: Professor - Área: Língua Inglesa

Fundamentando-se na Constituição Federal, quando uma pessoa é detida sem um mandado de prisão válido, ela terá o direito de entrar com uma ação de:

- A . Habeas corpus.
- B . Mandado de segurança.
- C . Habeas data.
- D . Mandado de injunção.

4) Ano: 2025    Banca: Instituto Quadrix    Órgão: Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Ceará – CE    Cargo: Assistente Jurídico

O remédio jurídico para os casos em que a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é o(a)

- A . mandado de segurança.
- B . mandado de injunção.
- C . habeas corpus.
- D . recurso extraordinário.
- E . ação direta de inconstitucionalidade.

5) Ano: 2025 Banca: Fundação Getúlio Vargas Órgão: Polícia Civil de Minas Gerais Cargo: Médico Legista

Uma sociedade empresária dedicada à produção de radioisótopos a serem utilizados para pesquisa e uso médicos, ao acondicionar os resíduos da matéria-prima utilizada, para fins de transporte e descarte, não vinha adotando as medidas de segurança necessárias, o que gerou danos ao meio ambiente. Irresignada com essa situação, Joana, vereadora no município no qual estava situada a sede da referida sociedade, consultou um advogado em relação à ação passível de ser ajuizada por ela para que esse estado de coisas seja alterado e a sociedade empresária condenada a ressarcir os danos causados. O advogado informou corretamente que

- A . pode ser ajuizada ação popular.
- B . pode ser ajuizada ação civil pública.
- C . pode ser impetrado mandado de segurança coletivo.
- D . somente pode ser formulada representação ao Ministério Público, não cabendo a Joana ajuizar uma ação, por se tratar de direito coletivo.
- E . somente pode ser exercido o direito de petição, junto à estrutura de poder que permitiu a atuação da sociedade empresária, não cabendo a Joana ajuizar uma ação.

**1 - C**

**2 - C**

**3 - A**

**4 - B**

**5 - A**